



1 ATA DA REUNIÃO Nº 051 (nº12/2015) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
3 PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO
4 DE 2015, NA SALA VILANOVA ARTIGAS DA SEDE DO
5 CAU/PR, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

6
7
8 Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e vinte
9 minutos, na Sala Vilanova Artigas da Sede do CAU/PR, sito a Avenida Nossa Senhora da Luz,
10 nº 2.530, Alto da XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 051/2015
11 (12/2015), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS
12 NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira
13 Assistente de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos
14 seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL**
15 **VERRI JUNIOR, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE BICALHO DE**
16 **LACERDA, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO**
17 **TEIXEIRA COSTA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, ORLANDO**
18 **BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES E RONALDO DUSCHENES**.....
19 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos (as) e
20 Urbanistas, **CARLOS DOMINGOS NIGRO, CARLOS EDUARDO SALAMANCA E ENEIDA KUCHPIL**
21 Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento
22 Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos (as) e Urbanistas: **IDEVALL DOS**
23 **SANTOS FILHO, LUIZ EDUARDO BINI GOMES BINI DA SILVA E MARCOS BATISTA VERONEZ**..-
24 Estava presente na Sessão, o Conselheiro Federal Suplente do Paraná, Arquiteto e Urbanista
25 **JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO**.....
26 Presentes, também os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio
27 Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o Coordenador Jurídico,
28 Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Assessor
29 Financeiro, Nilto Roberto Cerioli; o Estagiário Administrativo, Leonardo Carnieri (distribuição
30 de microfones); Estagiário de Fiscalização, Talisom Gustavo Rohde Fritzen (projeção dos
31 arquivos) e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*, Andressa Fabiana de Oliveira.....
32 **III HINO NACIONAL:** Após o Hino Nacional, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, inicia
33 agradecendo a presença de todos os Conselheiros na quinquagésima primeira sessão
34 plenária do CAU/PR, e prossegue apresentando os itens exposto na pauta.....
35 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata
36 correspondente a Sessão Ordinária nº 050 (11/2015) de 23/11/2015.....
37 **V PAUTA:** Colocada em votação, após algumas correções de forma e inclusões pontuais, foi
38 aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 051, décima segunda Reunião
39 Ordinária de 2015 do CAU-PR, com Extra pauta.
40 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:**
41 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,
42 01 (um) oriunda do CAU/BR destinado à Presidência do CAU/PR; 02 (dois) de remetentes
43 diversos destinados à Presidência do CAU/PR, 01 (um) ofício enviado ao setor de Fiscalização;
44 os setores: Jurídico; Comunicação; Financeiro; e Atendimento não apresentaram listagem.-.-.



45 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,
46 03 (três) ofícios são oriundos da Presidência a remetentes diversos; 11 (onze) foram
47 remetidos pelo setor de Fiscalização; 41 (quarenta e um) foram encaminhados pela
48 Assessoria Jurídica; não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de Atendimento, Setor
49 Financeiro e Assessoria de Comunicação.....

50 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**
51 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no
52 período da manhã, entre nove e doze horas.....

53 **VIII ORDEM DO DIA:**
54 **1 Palavra do Presidente: Relato da COP 21 – Acordo de Paris indica mudança no combate**
55 **ao aquecimento global.**.....

56 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relata sobre a viagem realizada à Paris, onde a
57 comitiva do CAU/PR, autorizada por esta plenária, recebeu do Itamaraty credencial oficial
58 representando o Brasil, para prestigiar o evento internacional COP 21, realizada entre os dias
59 30 de novembro a 11 de dezembro, em Le Bourget. No momento do relato o Presidente
60 solicita que seja apresentado em tela (ANEXO I) o resumo referente a esta conferência, e
61 acrescenta dizendo que a comitiva do CAU/PR teve acesso a todos os ambientes do evento,
62 com exceção aos ambientes de negociações, abertura, e encerramento que estavam
63 designados aos negociadores oficiais, aos presidentes e chefes do governo; prosseguindo, o
64 Presidente informa que fará a leitura do texto exposto, texto este, na opinião do Presidente é
65 o texto que melhor resume qual foi o resultado e o encaminhamento da COP 21; lendo que:
66 "Acordo de Paris indica mudança no combate ao aquecimento global. Aprovado por
67 consenso, o Acordo de Paris indica uma virada decisiva em como o mundo encara a questão
68 das mudanças climáticas. Ao aceitar um objetivo ousado de limitar as emissões bem abaixo
69 de 2°C (dois graus Celsius) acima dos níveis pré-industriais, e em direção a 1,5°C (um inteiro e
70 cinco décimos graus Celsius), os países assumem o compromisso de adotar providências para
71 esse fim. O acordo deve começar a vigorar no ano de 2020. Este é um acordo histórico. É a
72 primeira vez que todos os países do mundo se comprometem em reduzir suas emissões (o
73 Protocolo de Kyoto de 1997 era apenas para os países ricos) e com o objetivo que exige
74 ações drásticas e imediatas, pois já aquecemos 1°C (um grau Celsius), e é aí que entram os
75 entraves. O documento não descreve quais ações os países devem fazer para reduzir suas
76 emissões e nem traz metas para isso, nem as tidas como voluntárias, ele apenas afirma que é
77 necessário desenhar o caminho que deve ser perseguido nos próximos anos. Espera-se que
78 até o ano de 2020 estas informações já estejam melhor delineadas, já que os países se
79 reúnem ano a ano para discutir mais detalhes do acordo. Revisões já estão marcadas para os
80 anos de 2018 e 2019. Com esse objetivo claro no texto, a pressão por ações também se torna
81 mais embasada. O clima entre ONGs ambientalistas é de comemoração. O acordo é bom o
82 suficiente para colocar o mundo no caminho das renováveis: seria o início do fim dos
83 combustíveis fósseis (carvão, petróleo e derivados). Mas se por esse lado o acordo é bom,
84 pensando no que já deveríamos estar fazendo a cena muda de figura. O texto traz muito mais
85 promessas do que ações concretas a serem realizadas para serem aprovados todos os pontos
86 que obrigam os países a reduzirem suas emissões e até a aumentarem as metas. A falta de
87 garantia preocupa: "A grande preocupação é que não há nenhuma garantia de assistência
88 para aqueles que sofrem dos impactos imediatos das mudanças climáticas, especialmente as



89 populações mais pobres”, afirma Tasneem Essop, chefe da delegação do WWF na
90 Conferência da ONU”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR continua com a leitura da
91 matéria: “Entenda o acordo aprovado. A trajetória à baixa emissão com fluxo de
92 financiamento. Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C (dois
93 graus Celsius) é perseguir esforços para limitar esse aumento em 1,5°C (um inteiro e cinco
94 décimos graus Celsius) acima dos níveis pré-industriais; promover um fluxo financeiro
95 consistente com uma trajetória em direção às baixas emissões de gases de efeito estufa (GEE)
96 e a um desenvolvimento resiliente ao clima e aumentar a habilidade de adaptação aos
97 impactos adversos das mudanças climáticas. Pico o mais rápido possível. As partes desse
98 acordo objetivam alcançar um pico de emissões de gás de efeito estufa o mais rapidamente
99 possível, reconhecendo que as nações em desenvolvimento vão levar mais tempo para
100 alcançar seu pico de emissões. Metas de redução, cada parte deve fazer sucessivas
101 contribuições nacionalmente determinadas (CND) para o acordo, mas no acordo não há um
102 número a ser atingido ou já inicialmente prometido. Diferenciação entre ricos e pobres; as
103 nações desenvolvidas devem continuar liderando por meio da adoção de metas de redução
104 de emissões absolutas a serem aplicadas a toda economia. Os países em desenvolvimento
105 devem continuar a aumentar seus esforços para reduzir as emissões e são encorajados a
106 moverem-se ao longo do tempo em direção a metas de redução sobre toda economia. As
107 nações em desenvolvimento devem ser apoiadas, reconhecendo que este apoio permitirá
108 que estas ajam com maior ambição. Revisões a cada 5 anos, os países devem comunicar suas
109 metas nacionais de redução a cada período de 5 anos. Na próxima COP deve ser criado um
110 calendário comum. Então, nas próximas COPs, deve ocorrer um inventário da implantação
111 deste acordo para avaliar o progresso coletivo em direção aos propósitos do acordo e dos
112 seus objetivos de longo prazo. O primeiro “global stocktake”, ou revisão, deverá ser feito no
113 ano de 2023 e a cada 5 anos a seguir dessa data. Financiamento; os países desenvolvidos
114 devem fornecer recursos financeiros que ajudem as nações em desenvolvimento com a
115 redução das emissões e adaptação; países emergentes são encorajados a continuar a
116 fornecer voluntariamente recursos para estas ações. As nações desenvolvidas devem
117 continuar a liderar a mobilização dos recursos em US\$100.000.000.000,00 (cem bilhões de
118 dólares) por ano com revisão no ano de 2025. O Acordo de Paris deve entrar em vigor no
119 trigésimo dia depois que pelo menos 55 (cinquenta e cinco) países que representem 55%
120 (cinquenta e cinco por cento) das emissões globais tenham ratificado. Transparência; a
121 questão da transparência era essencial para o acordo e ele prevê a criação de um Quadro de
122 Transparência para Ação e o Apoio. Isso quer dizer transparência tanto para o dinheiro
123 investido quanto para as ações feitas a partir do financiamento. Cada país será responsável
124 por suas metas, mas deve promover a integridade ambiental, transparência, completude,
125 comparabilidade e consistência e assegurar que não sejam feitas duplas contagens”. O
126 Presidente lembra que o texto lido já está disponível e que em sua opinião é um resumo fiel
127 do resultado; e complementa dizendo que existe um grande trabalho pela frente, pois a
128 maioria dos textos apresentados pelas nações diz lá representadas fala com clareza sobre as
129 responsabilidades “das cidades” nesse processo de elevação das temperaturas, e que a
130 maioria dos textos oficiais afirmam que trata-se de um problema de carbono, um problema
131 das indústrias, dos desmatamentos, e as consequências já são admitidas, como a falta de
132 água e o compromisso disso na mobilidade. O Presidente comenta que a comissão do



133 CAU/PR foi recebida oficialmente também, pelo embaixador do Brasil na França, diretamente
134 na Embaixada. O Presidente informa que o CAU/PR representado também pelo Conselheiro
135 Federal Suplente e presidente da FPAA, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, participou de evento
136 e posteriormente de reunião com o presidente da UIA/ União Internacional dos Arquitetos,
137 que tratou sobre a importância das cidades neste processo e de não estarem claramente
138 incluídas nas questões discutidas na Convenção COP 21; a proposta é de um trabalho em
139 conjunto das entidades com este objetivo. Existe uma expectativa de criação de um comitê
140 estadual aqui no Paraná para tratar desses assuntos; o Secretário de Planejamento e
141 Coordenação Geral do Estado do Paraná, o Sr. Silvio Barros, também se fez presente em
142 palestra da embaixada do Brasil, onde se comprometeu, com os integrantes da comitiva do
143 CAU/PR a apoiar este “Comitê Pró – Cidades”. A ideia é que trabalhem juntos no sentido
144 de fazer um levantamento das poluições e das respectivas soluções ambientais urbanas, que
145 possam contribuir com esta meta que o Brasil assumiu. Em relato do Presidente, o grupo que
146 de negociadores oficiais era um grupo extremamente reduzido, e acrescentou: “diziam que
147 eram 6 (seis) países que estavam negociando o texto, depois esse grupo passou para 9 (nove)
148 países, e finalmente quando passou para 14 (quatorze) o Brasil estava incluso, e foi
149 convidado a participar. Sabia-se que o Brasil tem uma base de apoio muito grande entre
150 América e África; assim quando o Brasil vai a mesa de negociação, é formador de opinião de
151 uma grande bancada”. Finalizando este assunto, o Presidente se compromete que para as
152 próximas plenárias, coletar as experiências dos demais membros da Comitiva e apresentar
153 para os Conselheiros um relatório referente às atividades ocorridas na COP 21.
154 Complementado o relato da plenária de novembro, onde foi informado que de maneira
155 liminar o presidente do CONFEA tinha sido afastado do cargo; o Presidente JEFERSON
156 DANTAS NAVOLAR recebeu por meio do grupo de presidentes, uma mensagem do CREA/RS
157 dizendo que: “definitivamente foi afastado o presidente do CONFEA José Tadeu da Silva e a
158 vice-presidente Ana Constantina Sarmiento de Azevedo, assumindo a presidência o
159 Conselheiro Federal do Pará Antônio Carlos Alberio. Prosseguindo, o Presidente lembra os
160 Conselheiros, que na presente data após o encerramento da plenária, estará ocorrendo na
161 sede do CAU/PR, a partir da 19 horas, a comemoração do dia do Arquiteto e Urbanista; neste
162 momento o Presidente solicita ao Assessor de Comunicação, Sr. Antônio Carlos Domingues
163 da Silva, que apresente o áudio de divulgação à sociedade que ocorreu no dia 14 do presente
164 a vinculação nas rádios CBN de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu,
165 fazendo com que a informação chegue a maior parte do público do Paraná. O áudio é
166 apresentado à plenária que ouve a seguinte mensagem: “Você pode nem se dar conta, mas o
167 trabalho do arquiteto e urbanista faz parte da sua vida. Ele está presente nas casas, ruas,
168 praças, prédios, escolas, teatros, hospitais, shoppings, em todos os lugares. O papel dos
169 arquitetos não está nas pranchetas, mas sim no seu compromisso com o bem-estar e a
170 qualidade de vida de pessoas e comunidades. 15 de dezembro, Dia do Arquiteto e Urbanista.
171 Uma homenagem do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná aos profissionais que
172 ajudam a projetar e construir um mundo mais justo e melhor”. O Presidente agradece a
173 apresentação, e finalizando sua palavra, passa a palavra aos relatos das comissões.....
174 **2 Relato das Comissões.....**
175 **2.1 Relato da Comissão de Exercício Profissional - CEP**
176 Com a ata da CEP (ANEXO II) apresentada na tela, o Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ



177 GONÇALVES inicia o relato falando sobre o passo seguinte do tramite do processo de
178 Mangueirinha, onde a Comissão de Ética e Disciplina fez a intimação de todos os envolvidos
179 no processo, para que aconteça a oitiva que está agendada, para Curitiba no dia 26 de
180 Janeiro de 2016, o Conselheiro acredita que é pertinente que a CEP também possa intervir e
181 participar da oitiva com questões relativas a esta Comissão; e informa que a solicitação da
182 CEP, é que os envolvidos intimados, também sejam convocados no mesmo dia para que
183 respondam acerca das possíveis questões relacionadas ao Exercício Profissional de
184 Arquitetura e Urbanismo, sugerindo que os questionários a serem aplicados sejam
185 elaborados de forma conjunta entre a CED e CEP. Seguindo a pauta, o segundo ponto a ser
186 relatado é referente ao Ofício da Copel RE-C/545/2015/PRE (ANEXO III), entregue ao CAU/PR
187 no que diz respeito as questões de impossibilidade colocada pela Copel e pelo CREA
188 referente a execução de projetos de baixa tensão assinados por arquitetos. Este ofício
189 reafirma a posição e mantém situação contraria aos arquitetos; desta forma a CEP solicita e
190 apoia uma sequência judicial para questionar a negativa da Copel que inabilita profissionais
191 arquitetos e urbanistas para elaboração e execução de Projetos de Instalações Elétricas
192 Prediais de Baixa Tensão. Dando continuidade, para relatar o terceiro ponto da pauta da CEP,
193 o Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES, solicita que sejam exibidos na tela os
194 "Prints" referente ao site Monte sua Casa (ANEXO IV), relatando que se trata de um caso de
195 exercício ilegal da profissão, onde se realiza a venda de projetos de arquitetura online, por
196 meio do site www.montesuacasa.com.br; o conselheiro informa que investigou um pouco
197 mais a fundo para tentar descobrir quem era o dono da página, e pela surpresa, trata-se de
198 um profissional Engenheiro de Curitiba, e complementa: "O que eu queria colocar em
199 plenária é um pouco do assunto que já vem da última plenária que aconteceu aqui em
200 Curitiba que foi o caso do Facebook; então esse é mais um exemplo do que vamos enfrentar
201 daqui para frente, porque com certeza teremos outros casos. Esse é um caso aqui no Paraná,
202 eu pesquisei e achei outros casos em outros Estados, mas nesse caso é muito fácil, porque
203 por ser um Engenheiro temos a possibilidade de notificá-lo pelo exercício ilegal da profissão;
204 porém, se fosse um Arquiteto, nós também teríamos outra forma de autuação, mas poderia
205 ser apenas um empresário que monte um site e tenha para cada projeto um autor distinto";
206 feito relato o Conselheiro deixa a palavra aberta para discussão. Com a palavra, o Presidente
207 expõe sua opinião dizendo que são muitas as reclamações que chegam ao Setor de
208 Atendimento do CAU/PR sobre as notificações indevidas por parte do CREA-PR; e faz um
209 encaminhamento à Comissão e as Entidades aqui representadas: que façam chegar ao
210 Conselho, formal ou informalmente estas notificações que CREA-PR tem utilizado para fazer
211 pressão aos arquitetos; e que a partir destes modelos, a Assessoria Jurídica do CAU/PR,
212 poderá organizar um "passo a passo" de como os Arquitetos poderão se defender sobre
213 estas equivocadas irregularidades. O Presidente comenta que a maioria dessas ações do
214 sistema CREA/PR não são assinadas pelo seu Presidente; e acrescenta: "O último documento
215 que chegou a este CAU a respeito da Copel foi uma ata de Câmara Técnica de Elétrica do
216 CREA-PR, a qual só tem validade para encaminhamentos internos àquele Conselho. Finaliza
217 dizendo que a Assessoria Jurídica do CAU não pode fazer defesa uma a uma desses
218 Arquitetos, mas pode, por outro lado, fazer a instrumentação de um "modelo" que ficará à
219 disposição dos Arquitetos, via Entidades. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO,
220 manifesta-se dizendo que como membro da CEP, esta cada vez mais evidente a pressão para



221 banalizar a atribuição do Arquiteto Urbanista, e informa que este site já está funcionando
222 desde 2008 e que existem elementos para contestar este exercício ilegal da profissão. O
223 Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONSALVES, retoma a palavra, e dando
224 encaminhamento ao Setor Jurídico, para que seja dado sequência no processo de
225 contestação de exercício ilegal da profissão. Seguindo, o último assunto da pauta refere-se
226 ao tema Arq Truck que será relatado pelo Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, dizendo
227 ser um tema para reflexão; pois surgiu o escritório de prestação de serviços ambulante, e
228 que segundo o Conselheiro em tese não vê nenhum problema nesse tipo de atuação; porém
229 a questão é para uma reflexão mais profunda. Referem-se ao serviço que está sendo
230 oferecido que é o “projeto de arquitetura e suas variadas formas”, desde a arquitetura de
231 interiores, a arquitetura paisagística, o projeto da edificação. A preocupação do Conselho
232 deve ser a verificação da forma de atuação destes escritórios e profissionais, para que não
233 causem danos a sociedade. A Conselheira Titular MARGARETH MENEZES lembra aos
234 Conselheiros que referente ao assunto exposto pelo Conselheiro Rafael, é necessário
235 verificar se este *site* não dispõe em seu quadro de profissional Arquiteto, pois as vezes existe
236 um profissional contratado justamente para ir de encontro à questão do exercício ilegal da
237 profissão; e que é preciso verificar quem efetivamente é o responsável pelo *site*. O
238 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, ressalta a importância da elaboração de um
239 documento endereçado ao responsável, fazendo as perguntas necessárias; e argumenta que
240 se for feito via ofício, a resposta, quando recebida poderá permitir o rito de processo ético,
241 ou processo administrativo. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR, reforça a fala da
242 Conselheira Margareth, e complementa dizendo que hoje em dia a expressão “Arquitetura”
243 esta sendo muito banalizada, e esta expressão esta sendo utilizada de maneira a agregar
244 valor, e que isso pode ser visto com clareza, e lembra da pesquisa feita recentemente pelo
245 CAU/BR que foi exibida no programa do Fantástico na emissora Globo, onde mostra que
246 muitas vezes existe o desejo da população em contratar profissionais Arquitetos; porém
247 muitas das pessoas entrevistadas não tem conhecimento claro das atividades e
248 responsabilidades do profissional Arquiteto; o Conselheiro acredita que neste caso específico
249 do *site*, primeiramente deve-se consultar se a empresa esta devidamente registrada no CAU
250 e se tem Arquiteto; e sugere que os Conselheiros ao identificarem propagandas utilizando-se
251 da expressão “Arquitetura”, registre de forma fotográfica e envie ao CAU/PR para que seja
252 verificado se existe o registro, não existindo o CAU poderá exercer seu papel e fiscalizar
253 conforme previsto em Lei e Resoluções; com relação ao escritório volante, o Conselheiro cita
254 o que vivenciou com o arquiteto Artigas: “a última vez que eu e ele fomos para Londrina foi
255 quando tombaram a rodoviária, e o Marcos Barnabé perguntou para o Artigas junto dos
256 alunos, o que ele recomendaria aos estudantes ou o que ele faria hoje se e ele fosse começar
257 a trabalhar de novo. Então ele respondeu que compraria uma Kombi e sairia pela periferia
258 fazendo pequenos projetos de reforma para a população, que nada mais é do que isso”; o
259 Conselheiro continua, e acredita que este tipo de escritório vende “hora Técnica”, e
260 exemplifica: “ o proprietário do imóvel pode querer reformar a sala, este escritório vai até
261 sua residência e cobra uma hora técnica e faz lá uma especificação. Mas isso pode ser no
262 plano de arquitetura, não somente para decoração, mas o profissional pode chegar a uma
263 casa dessas e sugerir para o proprietário virar a janela de lado que melhora a insolação, tira a
264 umidade, e muda a vida das pessoas que moram nesta casa com pequenas ações do ponto



265 de vista da melhoria da saúde”; e finaliza dizendo que este tipo de ação é bem-vinda, porém
266 deve-se tomar cuidado para não desvalorizar a profissão dos Arquitetos. Substanciando as
267 palavras do Conselheiro Aníbal, o Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO comenta
268 que é uma questão de reforçar a comunicação, pois no Estado do Paraná, existem mais de
269 10.000 (dez mil) profissionais arquitetos que podem ajudar fiscalizando de forma indireta e
270 denunciando irregularidades, e complementa: “Quem acompanha o nosso grupo no
271 *Whatsapp*, vê um movimento espontâneo de nós mesmos fazendo coleta e divulgando
272 informação. É fantástico, ainda não estamos tirando partido dessas ferramentas como uma
273 ferramenta institucional, ou seja, se criarmos uma campanha informativa que tenha um
274 *banner* destacando claramente a rotina, o fluxo de como funciona o processo de denúncia e
275 como corre este tramite interno, passando a ter uma clareza de procedimentos
276 institucionais. Então com esta campanha podemos tornar isso uma ferramenta inteligente ao
277 favor do Conselho, com custo baixo; e em contrapartida é necessário criar uma estrutura
278 interna para que esses processos de denúncias possam fluir e a fiscalização ser realizada de
279 forma efetiva”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE manifesta-se, que a única
280 variável do “Truck Architecture” é o fato de não ter endereço fixo; porém provavelmente
281 deve existir um endereço em algum local e o serviço é prestado fora deste local; e perante o
282 ponto de vista do Conselheiro, embora a preocupação seja pertinente, o importante não é
283 focar especificamente em relação a este escritório ser móvel, e sim para qualquer escritório,
284 pois a preocupação tem que ser com o tipo de serviço que está sendo oferecido à sociedade.
285 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, lembra que constantemente os profissionais
286 Arquitetos Urbanistas, sofrem de certa forma um assédio por parte do CREA, explicando que
287 toda e qualquer questão que o CREA não entenda de forma correta, o mesmo já notifica o
288 profissional Arquiteto constrangendo-o em diversas situações; e que em sua opinião, toda
289 empresa que tiver qualquer relacionamento com o âmbito do projeto arquitetônico deve ser
290 verificada, e se necessário notificada, criando alguns critérios para que o processo tenha
291 continuidade tanto da parte do Conselho quanto do denunciante ou denunciado. O
292 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, volta ao assunto referente ao ofício da Copel,
293 dizendo que de certa forma houve um avanço referente ao entendimento da Copel, pois a
294 mesma cita que “reiteram o posicionamento anterior apresentado, e que permanecem no
295 aguardo de resolução conjunta do CREA/PR e do CAU/PR, uma vez que não houve fatos,
296 dados ou informações recentes diversos daqueles já analisados que ensejassem revisão do
297 posicionamento adotado”; porém o Presidente argumenta que os Conselheiros poderiam
298 questionar: “presidente, o seu papel é ir marcar uma audiência com o presidente do CREA,
299 sentar com ele e montar um grupo de trabalho e ver como resolve isso”, entretanto, explica:
300 “se eu já tenho de antemão, um ofício dizendo que a conversa não é de interesse da outra
301 parte, uma vez que o CONFEA e o CAU/BR ainda não publicaram Resolução Conjunta,
302 conforme prevê a Lei 12.378, é uma situação complicada. E enquanto a mesma não for
303 criada, o CREA faz de um jeito e o CAU de outro”. O Presidente sugere que, se a plenária
304 concordar, devemos elaborar um ofício às entidades para que mobilizem seus associados, e
305 se manifestem formalmente, para que juntos possamos contribuir para a solução desta
306 situação que tanto atrapalha o profissional Arquiteto. O Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ
307 GONÇALVES retoma a palavra informando a conclusão de apresentação do relato da CEP; o
308 presidente passa a palavra para a próxima Comissão.....



309 **2.2 Relato da Comissão de Ensino e Formação - CEF**.....
310 Com a ata da CEF (ANEXO V) disponível na tela, o Conselheiro Titular GIOVANNI GUILLERMO
311 MEDEIROS inicia o relato da CEF apresentando dois casos similares, para os quais já foram
312 apresentadas manifestações através das redes de mensagens dos Conselheiros do CAU/PR;
313 trata-se do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Projetos de Edificações, promovido
314 pela Universidade Positivo de Curitiba (ANEXO VI); após a CEF analisar a grade curricular e a
315 descrição do curso, a Comissão relata que se trata de um curso voltado para qualificação de
316 desenhistas, para prestar serviços para as áreas de Arquitetura e Urbanismo, assim como
317 para Engenharia Civil, porém o texto descritivo que diz que o curso “promove a formação
318 suficiente para planejar, desenvolver, coordenar e gerir as atividades de produção de
319 projetos”, faz analogia as atribuições da profissão do Arquiteto Urbanista, preocupando
320 assim a CEF; que recomenda que seja encaminhado um ofício as instituições solicitando
321 esclarecimentos; e lembrou que em 2013 houve um fato semelhante onde foi solicitado
322 esclarecimento por meio de ofício, porém não houve resposta na época, e agora o problema
323 torna a aparecer; e como o CAU não é o responsável por regulamentar a profissão de
324 tecnólogo e sim o CREA, a preocupação aumenta uma vez que ainda existe sombreamento
325 de atividades das profissões regulamentadas por ambos os Órgãos. O segundo caso, refere-
326 se ao Curso de Arquitetura e Urbanismo EAD promovido pela UNINCOR-Universidade Vale do
327 Rio Verde, de Minas Gerais, onde o curso ocorre de forma integral sem ser presencial, com
328 uma carga horária inferior aos cursos presenciais, podendo assim prejudicar futuramente a
329 formação de bons profissionais; e que até o momento da reunião a CEF não tinha
330 conhecimento da localização desta universidade. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES
331 MARTINS, esclarece que para o Ministério de Educação e Cultura não existe curso
332 integralmente a distância, pois as provas devem ser presenciais, e acredita que deva haver
333 algum equívoco na informação disponibilizada. Retornando a palavra, o Conselheiro Titular
334 GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, comenta que referente ao primeiro caso, acredita-se que
335 não haja turma em curso, apenas foram abertas as matrículas, e que ao analisar a matriz
336 curricular, ao que parece estão esperando obter um desenhista, porém para coordenação de
337 projetos é mais complicado uma vez que o curso está sendo proposto para dois anos e meio;
338 o Conselheiro então informa que a CEF propôs que seja enviado um ofício questionando a
339 faculdade que está colocando o curso a disposição, para confirmar as informações, podendo
340 até encaminhar o pedido ao CAU/BR ou para o MEC, questionando a veracidade, ou a
341 modificação dos objetivos; pede-se também que se notifique a Instituição de Ensino do
342 segundo caso, pois existe a questão de impossibilidade de funcionamento devido ao curso
343 ser totalmente a distância. A CEF acredita que o ofício deva ser encaminhado tanto a
344 Instituição de Ensino quanto ao MEC, questionando a validade da proposta veiculada.
345 Prosseguindo com a pauta, o Conselheiro comenta que apesar de ter ocorrido algumas
346 dificuldades para obter as respostas dos questionários anuais enviados aos Cursos de
347 Arquitetura do Estado do Paraná, o Conselheiro informa que os mesmos serão compilados e
348 será providenciada a análise para o início do ano de 2016. Dando sequência, informa que nos
349 dias 10 e 11 de dezembro de 2015, em Florianópolis, aconteceu “Encontro Anual do
350 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, para o qual não houve
351 representação da CEF/PR, pois o convite não chegou às mãos dos Conselheiros integrantes
352 da CEF em tempo hábil; porém sabe-se que participaram do evento a Universidade Federal



353 do Mato Grosso do Sul, FNA, que tinha como panorama o ensino de Arquitetura e Urbanismo
354 no Brasil, foram convidados o Arquiteto e Urbanista Alejandro Cohen da Universidade de
355 Córdoba, e o professor Arquiteto Urbanista José Miguel Mantilla da Universidad San
356 Francisco de Quito do Equador. Na oportunidade o Conselheiro Titular GIOVANNI
357 GUILLERMO MEDEIROS faz menção ao Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e
358 Urbanismo que está previsto para o mês de março ou de abril do ano de 2016, o evento será
359 desenvolvido na cidade de Lapa/PR, e fará parte do EREA/Sul, e complementa: “a acadêmica
360 encarregada é a Jéssica do FNEA que é aluna do UTFPR. Ela está aceitando sugestões de
361 pauta para o encontro buscando um melhor preparo para os profissionais que irão se formar
362 no futuro”; o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, intervém e solicita ao Conselheiro
363 relator que informe a Sra. Jéssica a necessidade de que a comunicação ao CAU/PR seja feita
364 de forma formal, para que desta maneira o Conselho, através dos membros da CEF/PR façam
365 contribuições na questão do conteúdo e de mobilização que venha a ser necessária. Com
366 relação ao curso ofertado pela Universidade Positivo, o Presidente levanta a dúvida se é o
367 mesmo caso que havia acontecido no ano de 2014; pois na época depois de várias
368 correspondências, o Presidente do CAU/PR conversou com o reitor da Universidade que
369 informou que o curso havia sido solicitado por um arquiteto; e comenta: “se for o caso antigo
370 teremos que lembrá-los do ocorrido senão será começar tudo novamente. Porém seja qual
371 for o caso deveremos tomar as medidas pertinentes”. Para o caso da UNICOR, o Presidente
372 determina que o encaminhamento seja feito para o CAU/MG, onde a Instituição possui sua
373 sede. Na oportunidade a Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE, solicita a
374 palavra e comunica a mudança da Assessora da Comissão de Ensino e Formação que passou
375 a ser a Arquiteta e Urbanista MARIA BENEDITA HONDA, e que a mesma está ciente do caso
376 ocorrido em 2013 com a Universidade Positivo, e estará providenciando a coleta de
377 informações para determinar quais procedimentos devam ser tomados. O Presidente diz que
378 o encaminhamento da mesa será pelo envio dos ofícios cobrando os devidos
379 esclarecimentos; e lembra que a quem couber a revisão dos questionários, cuide para que
380 não se percam os dados já produzidos e que a revisão seja feita para complementar o
381 trabalho até agora construído. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, comenta que
382 em vários países para qualquer tipo de trabalho é oferecido um curso técnico
383 correspondente, isto de forma alguma é um problema, porém se houver um desvirtuamento
384 da proposição isto sim remonta a um problema; e que entende como um problema um curso
385 técnico de desenho estruturado, de forma a camuflar a ideia do projeto em função desse
386 curso; lembrando também que na época o assunto foi muito discutido entre os Conselheiros,
387 e que inclusive tinham conhecidos que estavam lecionando nesse curso, onde os acadêmicos
388 sim diziam que saíam de lá fazendo projeto; assim sendo acredita ser importante avaliar
389 bem a questão de desenhar projeto ou de elaborá-lo. Encerrado o relato da CEF, segue pauta
390 da plenária para o relato da próxima Comissão.-----

391 **2.3 Relato da Comissão de Ética e Disciplina - CED.**-----
392 Com a ata (ANEXO VII) em tela, o Coordenador da CED, LEANDRO TEIXEIRA COSTA inicia o
393 relato com o protocolo 6362/2015 referente ao Processo Eleitoral, e explica que foi feito
394 cópia integral dos autos e encaminhado ao denunciante para conhecimento e continuidade
395 necessária para o andamento do processo. Referente ao protocolo 3398/2014, trata-se de
396 um processo que o denunciado possui quatro denúncias em tramitação nesta Comissão, no



397 entanto, a Assessoria do CAU/PR fez contatos através de ofícios e via telefone, mas a parte
398 denunciante não se manifestou, esgotando todos os prazos; sendo assim, a CED sugere o
399 arquivamento do processo; neste momento o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, esta
400 ausente da plenária, desta forma o Vice-Presidente IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, conduz
401 para votação o arquivamento do protocolo 3398/2014 mediante ao fato de que os ritos
402 processuais não foram cumpridos por parte do denunciante; colocada em votação e sem
403 manifestações contrárias, o arquivamento do protocolo é aprovado. Após a votação o
404 Presidente retorna a plenária. Dando sequência o Coordenador da CED, relata a denúncia
405 2495/2015, informando que foram providenciadas as cópias faltantes, e será elaborado o
406 ofício e encaminhado ao denunciante, ficando no aguardo do prazo para manifestação. O
407 Coordenador da CED comunica ainda que, o protocolo 3336/2014 foi feito a notificação à
408 parte denunciada, e agora está no Setor de Fiscalização que providenciará o devido
409 andamento. Referente ao Processo 35317/2011, que foi admitido pela CED, já esta agendada
410 a conciliação das partes no dia 16 de fevereiro do ano de 2016, às 9h30h (nove horas e trinta
411 minutos), na sede do CAU/PR; será encaminhado ofício de convocação às partes. O
412 Coordenador lembra que, na Plenária de novembro foi discutido a questão de uma
413 profissional efetuar sorteio de um projeto de interiores em sua rede social; foi decidido que o
414 CAU encaminharia um ofício informando o seu entendimento sobre o assunto que não é
415 positivo, no entanto, a CED solicita que a notificação seja enviada após o sorteio; pois desta
416 forma a notificação será de forma mais ampla. Na sequência da pauta, o Coordenador solicita
417 o arquivamento de 111 (cento e onze) processos oriundos do CREA (ANEXO VIII) por falta de
418 indícios, falta de ART e prescrição de prazo. A Presidência coloca para votação, não havendo
419 manifestações contrárias, o arquivamento é aprovado. Em relação ao processo nº
420 1000010930/2014 do caso de Mangueirinha, o Coordenador explica que, foi enviado ofício às
421 partes envolvidas, informando que a sessão oitiva foi agendada para o dia 26 de janeiro do
422 ano de 2016; e como relatado pelo Conselheiro Rafael Gimenez Gonçalves, esta confirmado a
423 participação da Comissão de Exercício Profissional. O Presidente JEFERSON DANTAS
424 NAVOLAR solicita explicações e apoio em relação a este evento. O Coordenador do Setor
425 Jurídico, Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS esclarece que este procedimento será o primeiro a
426 ser realizado pela CED e demais Comissões envolvidas; e que será necessária uma sala de
427 espera, sugerindo o Atendimento para que os demais envolvidos aguardem enquanto é feito
428 o depoimento das partes, que serão elaborados de forma individual. O Coordenador do Setor
429 Jurídico, ainda informa que há necessidade da gravação e da degravação da oitiva; sendo que
430 após o acontecimento da oitiva, será feito um termo onde informa a gravação do
431 depoimento com dia, hora e entrega da mídia aos depoentes; e informa que os convocados
432 serão a denunciada, que é parte do processo junto com o Conselho, o Conselho que é o
433 denunciante de ofício, o pai da criança que está como informante dentro do processo e irá
434 fornecer as informações aos Conselheiros; e duas testemunhas, que seriam o empreiteiro e o
435 dono da empreiteira, e que inclusive estes dois já prestaram depoimento à Polícia Civil. O
436 Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES, membro da CEP, sugere que também seja
437 convocado o engenheiro responsável pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura, pois a
438 seu ver é necessário chamar o profissional para que seja verificada possível ilegalidade
439 referente à atividade de Arquitetura e Urbanismo, uma vez que realizou correções em
440 projetos de atribuição do Arquiteto. O Coordenador do Setor Jurídico informa que, em



441 conjunto, serão elaborados dois questionários à serem discutido entre a CED e a CEP; e que
442 as partes envolvidas poderão ser acompanhadas por seus Advogados, porém não será
443 permitido intervenção dos mesmos. O Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS, explica que os dois
444 questionários poderão ser aproveitados em ambos os processos tramitados pelo mesmo
445 caso, tanto na Comissão de Ética e Disciplina para avaliação de conduta da profissional,
446 quanto na Comissão de Exercício Profissional, para verificação de exercício ilegal da profissão;
447 e ainda, esclarece que na Resolução 52 do CAU/BR prevê as possíveis condutas a serem
448 aplicadas, regras, e possíveis penas como, advertência reservada e pública, suspensão,
449 cancelamento de registro e multas; e na Resolução 58 do CAU/BR a especificação da
450 dosimetria da pena. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugere que entrem em
451 contato com o CAU/SP que vivenciou esta experiência referente a punição de profissional, e
452 assim trocar informações da experiência exercida. O Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS comenta
453 que a CED do Rio Grande do Sul passou várias informações de procedimentos sobre a
454 experiência das oitivas. Encerrado os esclarecimentos, o Conselheiro Titular LEANDRO
455 TEIXEIRA COSTA retoma a palavra e relata sobre o Seminário Nacional de Ética que ocorreu
456 em Brasília, e que foi deliberado que seja feito o lançamento de todos os processos éticos no
457 módulo específico no SICCAU, e na apresentação da estatística, o CAU/PR não concluiu a
458 inclusão desses processos na plataforma, na ocasião, o Conselheiro informa que justificou
459 que este procedimento ainda não foi realizado, em virtude da grande demanda de processos
460 oriundos do CREA e que vários estados ainda não receberam; e que estes processos gera um
461 trabalho específico ao departamento jurídico para que sejam finalizados; e acredita que após
462 a conclusão será possível lançar todos os processos éticos neste modulo do SICCAU; e que o
463 CAU/PR esta na mesma condição de outros cinco estados. Em relação à fiscalização, a CED
464 solicita uma reunião extraordinária com o setor, devido à preocupação referente às
465 denúncias que estão entrando, sendo em torno de 150 (cento e cinquenta) processos nos
466 últimos meses; sendo o Setor de Fiscalização que faz a análise e o direcionamento para as
467 Comissões; no entanto esse procedimento não está ocorrendo com a devida frequência. O
468 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, sugere aos Conselheiros, que aguarde o
469 encaminhamento dos relatórios mensais e que em especial o da fiscalização e que seja
470 solicitado com antecedência com esse detalhamento; assim, poderá ser realizada a
471 convocação desta reunião extraordinária. Dando continuidade, o Conselheiro Titular
472 LEANDRO TEIXEIRA COSTA informa que foram admitidos pela CED três novos processos
473 repassados do departamento jurídico, sendo o processo 2011/253914 que está sob o relato
474 da Conselheira Eneida Kuchpil e será encaminhado ofício às partes para conciliação que será
475 realizada no dia 16 de fevereiro do ano de 2016. Outro processo é o de número 2010/29563
476 que esta sob o relato do Conselheiro Leandro Teixeira Costa, e será encaminhado ofício para
477 conciliação na mesma data do processo anterior. O Processo 2011/548061 está sob o relato
478 do Conselheiro Ronaldo Duschenes, e também será enviado ofício para conciliação no dia 16
479 de fevereiro. Na sequência é solicitado pelo Coordenador da CED, que o departamento
480 jurídico elabore um estudo referente ao regimento de conciliação, que deverá ser aprovado
481 em plenária; e sugere ao Setor Jurídico, que analisem o modelo utilizado pelo CAU/RS e
482 adapte a situação do CAU/PR para que possa ser aprovado na Plenária. Outro item da pauta
483 da CED a ser relatado pelo Coordenador é referente ao Seminário Regional que ocorreu em
484 Florianópolis nos dias 26 e 27 de novembro: “no dia 26, o Seminário foi iniciado com a



485 palestra do Doutor André Luiz Dacol Corregedor Adjunto do Tribunal de Ética da OAB/SC,
486 com o tema, "processo ético, finalidade e legalidade dos atos e procedimentos". Expondo a
487 atuação e procedimentos que o Conselho de Ética OAB/SC utiliza, com o exercício da
488 alteridade, que os julgadores se colocam no lugar da pessoa julgada; também citou que
489 dificilmente um juiz de direito manterá o cancelamento do registro do profissional, com
490 exceção dos casos mais graves; sendo este um tema relevante para ser aprofundado;
491 sugerindo como exemplo a aplicação de penas para instrução, como trabalhos voluntários,
492 citando também sobre o tramite processual, sobre ter uma equipe para impulsionar o
493 andamento inicial do processo que faz o registro e uma breve análise, e após sete dias faz o
494 retorno para o denunciante; citou ainda, sobre a ampla publicidade das partes, oferecendo
495 condições de divulgação para as partes envolvidas, todas as informações do processo; no dia
496 27, o primeiro item da pauta do Presidente do CAU/MS, foi sobre o convênio com o
497 Ministério Público, sendo feita também uma avaliação da campanha nacional sobre a Reserva
498 Técnica, sugerindo um entendimento maior pelo CAU/BR e distribuído para os CAUs/UF;
499 terceiro item, o relato de uma apresentação do Dr. EDUARDO do CAU/BR sobre a Resolução
500 34, que trata sobre os julgamentos e processos. O quarto item foi a responsabilização de
501 pessoa jurídica por infração ética disciplinar, como julgar uma empresa por uma infração
502 ética, e identificar quem cometeu a infração ética, depois, foi debatido e citado como
503 exemplo no caso da SAMARCO do rompimento da barragem, a empresa comete um crime
504 ambiental, assim, no entendimento do Conselho poderia ter uma punição ética. E no último
505 ponto de pauta foi infração ética por falta de pagamento de RRT e anuidade. No nosso
506 Código de Ética consta o não pagamento da anuidade como infração ética, e isso acredita que
507 seja consenso nos CAUs/UF, que deve ser entendido como infração ética é o fato de o
508 profissional não ter pago a anuidade e estar exercendo a profissão, neste ponto incorreria em
509 uma infração ética; entretanto, no momento que se regulariza esta condição, não sofre
510 nenhuma punição". Após o relato referente ao Seminário, o Coordenador da CED, LEANDRO
511 TEIXEIRA COSTA solicita à Plenária, a mudança da Coordenação da Comissão para o
512 Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES; justificando que nos próximos meses estará mais
513 ausente devido problemas particulares. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta
514 que regimentalmente as decisões sobre as Comissões são de plenária e que a Coordenação
515 que pode ser alterada a qualquer momento, pedindo para que à plenária se manifeste; sendo
516 todos favoráveis a essa substituição, o Conselheiro Ronaldo assumiria a Coordenação da
517 Comissão de Ética e Disciplina a partir de janeiro do ano de 2016. O Conselheiro Titular
518 RONALDO DUSCHENES agradece o voto de confiança, e faz seu relato sobre o Seminário
519 Nacional, dizendo que: "no primeiro dia foi realizado um balanço dos vários Seminários que
520 aconteceram regionalmente, foram cinco seminários regionais com a participação dos
521 Conselheiros de todo o Brasil. Em seguida inicia uma excelente Palestra do João Honório de
522 Melo Filho, Arquiteto, que coordenou em São Paulo a construção de 4.000 (quatro mil)
523 escolas, e dentre esse processo ele fez de forma democrática e organizada, efetuava a
524 contratação dos vários escritórios de arquitetura atuantes em São Paulo, assim, dosava o
525 número de projetos por escritório repassando novos somente após a aprovação completa
526 dos demais em andamento. Então, todos os arquitetos do estado de São Paulo ou pelo
527 menos grande número trabalhou nesse processo, nesse desenvolvimento. E outra função
528 dentro do CAU, de que participou e de certa forma dirigiu a montagem do nosso Código de



529 Ética. Ele separou em princípios com características axiomáticas, que deveriam ser verdades
530 absolutas. Baseados neles criam as regras aquelas que não podem ser quebradas, são as que
531 nós julgamos, quebrando essa regra, é passível no mínimo de um julgamento ou uma análise
532 da Comissão. E, terceiro a sua contratação para o ano de 2016 para elaborar uma nova
533 edição do Código, que será comentada. No dia seguinte, O Presidente do CAU/MS
534 juntamente com Presidente do Conselho de Ética, trouxe o promotor de justiça Luiz Eduardo
535 Lemos de Almeida, representante do Ministério Público, que se mostra interessado nos
536 aspectos da ética, entende o que acontece com relação às RTs. Conversando com o CAU,
537 informaram a existência dos núcleos, assim, em 2011 foi efetivado um termo de ajustamento
538 de conduta, entre os três núcleos e o CAU para evitar pagamento de RT. O resultado que hoje
539 tem apenas um núcleo. Foi verificada uma postura positiva pelo fato do Ministério Público
540 constatar indício de alguma irregularidade, mantendo o sigilo dos denunciantes, eles fizeram
541 uma ação investigativa nesses núcleos pedindo os livros de contabilidade, analisando os
542 códigos internos, regimentos, sistema de premiação, mensalidades. À medida que foram
543 elaborando perguntas fazendo ao promotor Renato Nunes, de São Paulo, comentou o fato de
544 nós estarmos fazendo a campanha contra Reserva Técnica e que essa campanha iria agora
545 avançar para os lojistas, em seguida para a sociedade, sobre a possibilidade de anunciar um
546 apoio do Ministério Público e ele afirmou esta parceria nacionalmente. Sugere que cada
547 unidade da federação fizesse contato com o Ministério Público local, e conversassem com os
548 promotores, e elaborassem eventuais termos de ajuste de conduta, e que se trabalhasse com
549 os núcleos. Houve também uma reunião, onde foi solicitando a todos os CAUs que relatasse
550 rapidamente como ocorre esses procedimentos em suas unidades. E o último item da
551 reunião era sobre a campanha nacional contra Reserva Técnica, ficando de certa forma por
552 conta de cada CAU". Encerrado o relato do Conselheiro, o Coordenador do setor Jurídico, Dr.
553 AUGUSTO VIANNA RAMOS relata sobre o segundo treinamento das assessorias técnicas e
554 jurídicas das Comissões de Ética dos CAUs/UF (ANEXO IX) que ocorreu em Brasília no dia 9 de
555 dezembro; comentando que este treinamento, diferente do primeiro, foi extremamente
556 prático: "na parte da manhã deram alguns parâmetros das normas aplicáveis aos processos
557 ético disciplinares, questões de legalidade dos procedimentos, prazos, a preocupação com os
558 prazos, destacaram sobre a dosimetria da pena nos processos éticos que é a aplicabilidade da
559 Resolução 58 do CAU/BR. No período da tarde foi feito um estudo de caso, nos reunimos em
560 grupos e foram apresentados três casos diferentes para três grupos, para que elaborassem o
561 relato e aplicassem a dosimetria, efetuassem a dosagem das penas. O treinamento é
562 direcionado às Assessorias, tanto técnicas quanto jurídicas das Comissões, mas ele permite a
563 participação dos Conselheiros membros da Comissão de Ética, justamente para que haja um
564 entendimento mais amplo da aplicabilidade das normas dentro da Comissão. Não houve
565 participação de todos os conselheiros por uma falha de comunicação do CAU/BR
566 direcionando apenas para Assessorias no ato de convocação, pelo entendimento de que se
567 deve priorizar no treinamento a aprendizagem da Assessoria Jurídica que é quem vai dar
568 todo o suporte para a Comissão com relação à aplicabilidade das normas dos processos.
569 Depois dos relatos de cada caso, por cada grupo, o CAU/BR informou que o julgamento feito
570 nos processos, era processos que já tinham sido julgados pelo próprio CAU/BR e eles
571 constataram uma proximidade muito grande entre o relato e a dosimetria da pena dos
572 relatos feitos pelos grupos, como o que foi aplicado pelo CAU/BR, importante citar o



573 parâmetro de unicidade alcançado dos entendimentos em relação à aplicabilidade desses
574 relatórios e dessas resoluções”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta que essa
575 aproximação com o Ministério Público, será encaminhado; e lembra que já existe uma
576 aproximação com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que consulta o CAU sobre vários
577 fatos, como registros de arquitetos, registros de projeto, inclusive sobre leituras de projetos,
578 se atendem ou não à acessibilidade por ser uma lei federal. O Conselheiro Federal Suplente
579 JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, que também é Presidente da Federação Pan-americana de
580 Associação de Arquitetos – FPAA - citou que o arquiteto João Honório, é ex-presidente do
581 Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa e por muito tempo membro do
582 Conselho Superior do IAB, e que também foi representante nas reuniões da Associação
583 Brasileira de Normas Técnicas, e complementa: “é uma pessoa de alta qualificação que está
584 se incorporando no CAU”; e reforça sobre o tema Reserva Técnica, e a importância de se
585 discutir o assunto não apenas na Comissão, mas levar a diante, informando à sociedade e os
586 comerciantes. O Presidente agradece o comentário e prossegue para a próxima Comissão.-.-

587 **2.4 Relatos da Comissão de Organização e Administração - COA.-.-.-.-.-**

588 Iniciando o relato, o Coordenador da Comissão BRUNO SOARES MARTINS, solicita a ata da
589 COA (ANEXO X) em tela, e comenta sobre o primeiro assunto tratado, que é sobre a decisão
590 de escolha das quatro cidades onde serão realizadas as plenárias fora do município de
591 Curitiba, e que a COA entende que as cidades devem ser definidas em conjunto; deixando
592 assim a palavra aberta para discussão e sugestão dos Conselheiros, principalmente os que
593 residem nas cidades sede das Regionais, que possam avaliar a questão para que se possa
594 decidir, pelo menos a reunião de Fevereiro do ano de 2016 que pelo calendário aprovado,
595 será fora de Curitiba. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, solicita a palavra e lembra
596 ao Conselheiro Aníbal Verri, que em fevereiro irá ocorrer na cidade de Maringá o encontro
597 das Câmaras Técnicas; e sugere coincidir para que a plenária seja realizada também em
598 Maringá, e complementa: “Não sei se vai ser conveniente, só estou fazendo uma lembrança;
599 de qualquer maneira, se nós não decidirmos hoje onde será a plenária de fevereiro,
600 obrigatoriamente temos que decidir na próxima plenária”. Como não houve outras
601 manifestações referente ao assunto; o Coordenador da COA prossegue com os relatos,
602 explicando uma ação sua de forma individual, sobre uma pesquisa que o mesmo realizou
603 com dois Núcleos (ANEXO XI); um do município de Francisco Beltrão, e outro da cidade de
604 Dois Vizinhos; a pesquisa foi feita em forma de perguntas, onde o intuito era saber dos
605 núcleos ou dos Arquitetos da região, um posicionamento sobre o pensamento deles
606 referente ao CAU/PR, e relata as respostas: “Estão na tela os dois documentos que vieram,
607 que tratam basicamente da ausência do Conselho em ações específicas nos municípios
608 descentralizados das sedes e também algumas questões com relação à própria condição das
609 Câmaras Técnicas, que foi um fator positivo, mas que através dos agentes, os eventos
610 acabam não chegando necessariamente no interior. Então com relação a isso trago aqui essa
611 preocupação que tenho da qual eu particularmente, reforço, tenho tido um contato muito
612 grande com esses núcleos, acho que talvez eles que estão sempre fomentando as questões
613 que eventualmente eu tenho trazido para o Conselho, acredito que é um panorama bastante
614 importante, são apenas dois núcleos de arquitetos organizados, mas acho que expressam um
615 pouco da forma como eles nos enxergam dentro desse cenário. Então, solicitei para que eles
616 explanassem ou dissessem para nós efetivamente “O que é o CAU para os arquitetos? ”, “ O



617 que é o CAU para a sociedade? ”, “O panorama dos quatro anos de atuação do CAU” e um
618 pouco referente a fiscalização, que vem ocorrendo em função do CREA, principalmente em
619 função de fiscalizar os arquitetos; e uma “Perspectiva dos arquitetos para 2016”. E o retorno
620 é justamente uma presença maior do CAU nas cidades”; e comenta dizendo acreditar que as
621 vezes os eventos estão sendo centralizados muito na sede, e que não está sendo analisado
622 alguns contextos; e explica: “Francisco Beltrão hoje, se não me falha a memória da última
623 contagem que eu pedi para a colaboradora da Regional de Pato Branco, Ana Paula Mocelin
624 fazer, nós estávamos com 93 (noventa e três) arquitetos em Francisco Beltrão. Sabemos que
625 muitas vezes essas questões que eles colocam de cursos, de treinamentos, enfim, o quórum
626 não é necessariamente um quórum alto, mas acredito que talvez seja uma forma de talvez
627 pensar que não necessariamente nossas plenárias necessitem acontecer onde o CAU/PR tem
628 as sedes”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, reconhece a ação realizada pelo
629 conselheiro Bruno Soares Martins, como uma atitude positiva, de como representante da
630 região solicitar à sociedade que tragam suas manifestações; e observa: “do que li
631 rapidamente aqui, as duas ações que consideramos mais fortes para o Conselho é ter um
632 Fórum de Coordenadores de Curso, e a sociedade diz que nós temos que nos aproximar das
633 universidades; a segunda que o CAU não tem representação suficiente, e nós temos
634 justamente quase 100 (cem) agentes de Câmaras Técnicas eleitos no estado, quer dizer, se
635 essas duas ações ainda não estão surgindo efeito, pelo menos nós estamos no caminho
636 correto. A terceira que é a queixa das duas em relação à ausência de fiscalização, que está
637 relacionado ao CREA que incomoda os Arquitetos com grande frequência; e por último, por
638 mais chato que pareça, dizendo aqui que nós não temos que se meter com RT/Reserva
639 Técnica, que o CAU tem outras coisas mais importantes para fazer, quer dizer, é um espelho
640 importante de duas sociedades organizadas de arquitetos que trazem essa manifestação. Eu
641 acho que nós temos que avaliar essas manifestações, a qualidade da representação local, que
642 não há Conselheiro na cidade, existe uma região representada”; e finaliza dizendo que o
643 CAU/PR tem que auxiliar o representante da Câmara Técnica desta região a entender melhor
644 o seu papel. Atentando-se às respostas da pesquisa exposta na tela, o Conselheiro Titular IRÃ
645 JOSÉ TABORDA DUDEQUE expõe sua opinião: “Isso daí é muito simples, presidente, essa
646 frase: "direito de cobrar reserva técnica, entendemos que há necessidades mais urgentes",
647 isso quer dizer que eles são favoráveis à reserva técnica, não tem muito que elaborar. Essa é
648 uma frase, no momento em que o sujeito pega o microfone para defender a reserva técnica,
649 ele jamais vai dizer assim, "eu venho aqui defender a reserva técnica", ele tem que criar
650 frases para dizer que "nós devemos nos preocupar com, sei lá, problema de infiltração no
651 telhado, problema de piscina que racha, porém, menos com reserva técnica". Então acho que
652 nem deve ser levado em consideração isso”. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS
653 esclarece dizendo que estando em Pato Branco, ele realmente sente dificuldades de se fazer
654 presente enquanto Conselheiro nessa representação regional; pois o mesmo representa 42
655 municípios, sendo algo que o leva a refletir se todas as decisões pautadas na ideia da
656 organização e da administração estão efetivamente surtindo efeito nos profissionais e na
657 sociedade, pois a seu ver, o CAU não existe apenas para fiscalizar, e sim tem um papel maior
658 a cumprir, tanto com os profissionais, quanto com a sociedade. O Presidente se manifesta
659 dizendo que, quando foi realizado o trabalho coletivo para compor a plenária do CAU/PR,
660 seja no primeiro mandado - vários conselheiros ainda estão presentes neste segundo



661 mandato - a motivação maior foi a representatividade; e lembra: “Todos os colegas que
662 tiveram mandato no primeiro e têm mandato nesta segunda gestão, estão com indicação de
663 entidades, sejam as puras, sejam as mistas ou seja instituições de ensino. Lembro que
664 tivemos a iniciativa, inclusive, de marcar uma audiência com o presidente da Federação das
665 Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) para dizer, "o Conselho de Arquitetura e Urbanismo
666 está se organizando e nós não queremos construir esse Conselho sem ouvir a FIEP". Fizemos
667 a mesma coisa com a Associação Comercial do Paraná, com o Sinduscon do Paraná e somos
668 até hoje mal compreendidos por alguns colegas. Então eu vejo que essa busca da
669 representatividade, esse entendimento da necessidade de ter os diversos olhares da
670 sociedade aqui dentro para nos ajudar a construir o Conselho foi a tônica mais importante
671 desde o primeiro dia, aqui no Paraná”; o Presidente comenta que vê a necessidade, se a
672 plenária assim entender, que o CAU dedique um pouco mais de tempo a essas outras
673 Associações; e que o primeiro passo é o cadastro para sabermos quantas dessas Associações
674 existem no estado do Paraná, quantos Arquitetos elas têm, qual o regimento, estatuto
675 utilizado; para que assim o CAU possa começar a fazer uma comunicação. Após discussão
676 referente à “Reserva Técnica x Ética”, fica claro que perante algumas situações expostas, a
677 sociedade e alguns profissionais Arquitetos, não têm conhecimento de forma clara sobre
678 como esta prática pode ser enquadrada como infração ética; mediante este quadro, foi
679 sugerido pelos Conselheiros que o CAU, deveria divulgar de forma mais objetiva sobre esta
680 má pratica e suas possíveis penalidades; sendo citando como exemplo de divulgação, uma
681 palestra a ser realizadas em várias cidades do interior do Paraná, onde o tema seja “Reserva
682 Técnica” e o foco seja o “Código de Ética do Conselho”; pois acreditam que desta forma o
683 CAU contribuirá de forma mais clara, elucidando dúvidas que constantemente são
684 apresentadas pelos profissionais e pela sociedade. O Conselheiro Federal Suplente JOÃO
685 VIRMOND SUPPLY NETO, comenta sobre a “Tabela de Honorários de Serviços de Arquitetura
686 e Urbanismo do Brasil” e acredita que este instrumento será o antídoto para esta situação;
687 pois se o profissional souber aplicar esta Tabela de Honorários, não sairá perdendo, não
688 havendo necessidade de recorrer a Reserva Técnica, e complementa: “Então para mim é a
689 questão de difundir que não é necessária a cobrança de reserva técnica, e sim a aplicação da
690 Tabela, de acordo com o seu perfil”, e finaliza que em sua opinião, o encaminhamento teria
691 que ser esse, difusão, visibilidade, monitoramento do profissional Arquiteto Urbanista,
692 porque eles estão cobrando reserva técnica porque não sabem cobrar pelos seus serviços.
693 Para encerrar o debate, o Presidente informa que tem três manifestações que podem ajudar
694 a avançar neste sentido, como reconhecer a existência dessas outras entidades, fazendo um
695 levantamento das mesmas, para que o CAU possa se comunicar com elas; divulgar o que se
696 chama de Tabela de Honorários, que é na verdade um Manual de Contratação; e tentar uma
697 nova aproximação com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná/FIEP para que possa
698 ocorrer no futuro uma integração das Comissões de Ética, onde o CAU possa levar suas
699 preocupações e manifestações, ocorrendo assim à troca de experiências que trará um grande
700 avanço ao Conselho. O Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS pergunta se será
701 sugerida a cidade que ocorrerá a plenária de fevereiro. O Presidente JEFERSON DANTAS
702 NAVOLAR, responde que se ainda não há nenhuma manifestação dos Conselheiros sobre a
703 possibilidade de sediar a reunião de fevereiro, a mesa não se sente confortável para propor;
704 ficando assim a decisão a ser tomada na plenária de janeiro. Dando sequência a pauta, o



705 Coordenador da COA relata sobre os relatórios das atividades dos setores do CAU/PR, e
706 informa que a maioria dos relatórios já estão compilados; e faz uma leitura breve referente
707 ao relatório do Setor de Atendimento (ANEXO XII): “Só chamando atenção, vejam nosso
708 comparativo de outubro, novembro e dezembro, o número de RRT de um mês para o outro
709 baixou aproximadamente 500 RRTs, isso no índice do modelo Simples, que é o nosso maior
710 número, essa é uma constante também no próximo índice que está logo abaixo, que é o
711 comparativo dos anos de 2014 x 2015, vejam que todos os itens em laranja estão com uma
712 defasagem considerável de arrecadação. Os relatórios do Atendimento também comprovam
713 esses índices. Na sequência, o índice geral com relação às baixas, e RRT derivado,
714 extemporânea e as certidões de acervo, certidões de acervo que permanece em um número
715 bastante próximo, o restante tem uma divergência considerável também entre outubro,
716 novembro e dezembro. Observa-se que teve uma demanda reprimida de algumas baixas, que
717 foi feito um trabalho de força tarefa de análise, fazendo com que esse número agora esteja
718 um pouco mais equilibrado. Os atendimentos por assunto, o RRT ainda dentro dos assuntos
719 pautados, é o item que mais tem consulta, registro de pessoa física, certidão, anuidade,
720 carteira profissional. Gráfico do total de atendimentos nas regionais, que tem se mantido em
721 um parâmetro bastante igualitário ainda dentro de todo o histórico, nós temos os últimos
722 três meses, mas dentro do histórico ele tem se mantido no mesmo patamar. Seguindo só
723 para fechar, o índice de atendimento por serviços nas regionais, atendimento telefônico,
724 presencial, atendimento via e-mail e aí coleta de dados biométricos e protocolos gerados e
725 encaminhamentos; um resultado geral de atendimentos. E o índice de inadimplência
726 referente ao ano de 2014, pessoa jurídica, pessoa física, não temos ainda o compilado de
727 2015”; prosseguindo Relatório do Setor Jurídico (ANEXO XIII): “ acredito que não cabe listar
728 todos os processos, e sim o resumo, sendo um total de 59 ofícios emitidos, 141
729 arquivamentos *ad referendum*, 184 de encerramentos, 66 de juntadas de AR aos autos, e 153
730 arquivamentos definitivos, gerando um total de 603 movimentos no departamento jurídico”.
731 Relatório do Setor Financeiro (ANEXO XIV), embora não tinha sido relatado detalhadamente
732 pelo Conselheiro, observa-se que houve movimentações consideráveis; dando continuidade,
733 Relatório de Design e Marketing (ANEXO XV), total de atividades no período do mês, 378
734 movimentações na parte de Assessoria de Imprensa; o Coordenador da COA, deixa registrado
735 na plenária a excelente qualidade dos trabalhos realizados pela Assessoria de Comunicação,
736 principalmente na qualidade gráfica dos materiais, e parabeniza a equipe deste setor. Relata
737 de forma sucinta o Relatório de Gerência Administrativa (ANEXO XVI), pois o mesmo é
738 bastante extenso e não se encontra compilado; e finaliza comentando de forma breve o
739 Relatório do Setor de Ouvidoria (ANEXO XVII), que foram 28 movimentações no total, sendo
740 25 via site e 3 através de atendimento telefônico. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES
741 MARTINS, comenta sobre ação que o mesmo teve no município de Pato Branco, e da ação
742 que o Conselheiro Nestor Dalmina realizou no município de Cascavel, onde ambos,
743 realizaram uma conversa com as universidades, com as faculdades, e com a turma de alunos
744 formandos; acreditando que estas ações tem sido bastante esclarecedoras e positivas,
745 porém, reforça a importância de talvez as orientações aos futuros profissionais, começarem
746 dentro das instituições, pois desta forma os recém-formados teriam mais conhecimento
747 referente ao Conselho, leis e resoluções que regulamentam a profissão do Arquiteto
748 Urbanista. Como último item de pauta, o Conselheiro relata sobre o pedido do Instituto de



749 Arquitetos do Brasil /IAB; que solicita apoio para deslocamento e diárias para estadia aos
750 Arquitetos e Urbanistas, membros do CAU/PR e também Conselheiros Superiores do IAB, os
751 senhores Irã José Taborda Dudeque e Aníbal Verri; para a participação do evento que será
752 realizado nos dias 27 a 30 de janeiro do ano de 2016, referente a 149ª Reunião Plenária do
753 Conselho Superior/COSU (ANEXO XVIII), na cidade de Vitória/ES. O Presidente coloca a
754 solicitação de apoio ao IAB em votação, havendo abstenção de voto por parte do Conselheiro
755 Titular Aníbal Verri Junior, o apoio é aprovado em plenária pela maioria dos conselheiros,
756 sem votos contrários. Na sequência, a Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES,
757 solicita a palavra para fazer leitura de uma carta (ANEXO XIX) enviada pela Associação
758 Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Paraná/AsBEA-PR, e inicia: “Senhor Presidente, A
759 AsBEA/PR está com um trabalho junto à prefeitura e o Prefeito Gustavo Fruet, cujo objetivo é
760 restaurar os direitos que havíamos conquistado do ISS fixo, isto é, uma taxa anual que se
761 pagava em janeiro. Num movimento da Secretaria Municipal de Finanças de aumentar a
762 arrecadação e passando por cima dos interesses de toda a nossa categoria profissional,
763 modificaram parâmetros que praticamente nos obrigam a passar para um regime de
764 tributação variável de ISS, tributando 5% para cada nota fiscal emitida. Esta medida é
765 altamente arbitrária e adotada num momento extremamente inadequado por conta do baixo
766 movimento do segmento. Buscamos também criar junto à prefeitura, através de decreto
767 municipal, criar regras para quem opte pelo regime de ISS FIXO tenha segurança de que não
768 seja objeto de interpretação errônea de alguns fiscais. Por tudo isso, convocamos um grande
769 escritório de advocacia, a Prolik Advogados Associados, com viés tributário muito efetivo e
770 que está formulando ações e sugestões a respeito deste assunto, que serão discutidas com o
771 Prefeito. Imaginamos que esta ação caso, bem-sucedida, beneficiará toda a categoria, sem
772 mencionar outras assemelhadas. Por ter este caráter mais abrangente, extrapolando os
773 nossos interesses, propomos que seja uma ação conjunta CAU/AsBEA. Estes trabalhos de
774 assessoria terão um custo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para os quais não temos caixa para
775 este pagamento. Por ser um trabalho voltado para a categoria de modo geral, solicitamos
776 que essa verba seja subvencionada pelo CAU/PR. Aguardamos seu retorno”; e complementa
777 dizendo que a carta esta assinada pelo presidente da AsBEA/PR, o arquiteto e urbanista Keiro
778 Yamauaki; e ela como vice-presidente de Marketing da AsBEA , acredita que é de interesse
779 para todos arquitetos, que seja realizada essa negociação, e ressalta: “porque nós temos
780 sofrido bastante com impostos altíssimos que são inadequados para a nossa prestação de
781 serviços”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, manifesta-se referente ao assunto:
782 “Conselheira, como envolve recursos e estamos em fim de ano fiscal, gostaria de fazer um
783 encaminhamento, se a plenária assim concordar; o CAU declara apoio e interesse na defesa
784 da causa, porque interessa aos profissionais, e colocaria inicialmente à disposição a
785 assessoria jurídica e em especial a contabilidade do CAU, que dispõem de dois contadores
786 especialistas em tributação, para que possamos em seguida avaliar a necessidade da
787 contratação de terceirizado”; e complementa: “se plenária acompanhar a proposta da mesa
788 é que encaminhamos apoio à solicitação, ao pedido da entidade, e colocamos à disposição
789 inicialmente nossa equipe técnica para análise do problema e se ainda assim for necessária
790 daríamos apoio para a contratação de terceirizada. A mesa coloca para os Conselheiros esse
791 encaminhamento”. A Conselheira Suplente ENEIDA KUCHPIL, solicita a palavra e faz a
792 seguinte pergunta: “Só uma questão, realmente isso é importante, é uma questão que



793 acontece acredito a uns oito anos que tem o ISS fixo que reduz os custos de maneira
794 significativa, eu nem sabia que ia mudar, mas é bem grave, 5% é uma diferença imensa.
795 Agora, qual é o prazo disso? Esse prazo que o Presidente está falando é viável ou não, é uma
796 coisa para entrar no próximo ano? Isso é um dado importante”. A Conselheira Titular
797 MARGARETH ZIOLLA MENEZES, responde: “ótima pergunta, porque a AsBEA já realizou esse
798 trabalho, pois entendeu que não poderia chegar às tratativas no sentido de não ser positivo o
799 resultado sem ter isso já trabalhado. Então quando a mesma solicita ao CAU, é porque este
800 trabalho já foi realizado, e a AsBEA esta pedindo que o CAU assuma esse custo devido a
801 dificuldade financeira, mas isso já foi feito, já foi contratado pela AsBEA, está dependendo
802 dos Conselheiros aprovarem a liberação desta verba para efetuar o pagamento desse
803 escritório por meio do CAU. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT coloca sua opinião: “A
804 respeito dessas subvenções solicitadas, me parece que desde o primeiro mandato há uma
805 política clara de suporte às instituições de arquitetura e urbanismo, que desde aquela época
806 muitos de nós, acredito que é quase unânime o sentimento de que nós temos hoje um
807 Conselho graças à união de esforços das Entidades nacionais de arquitetura e urbanismo.
808 Nesse sentido me parece salutar nós subvencionarmos as Entidades, em um nível de
809 isonomia a cada uma delas para que elas efetivamente consigam dar conta de suas
810 atribuições ao longo do ano. Mas que isso seja feito de forma absolutamente isonômica e
811 inclusive pelo fato de praticamente todas as Entidades estarem representadas aqui em
812 plenário, não representar para o pessoal externo de que essa subvenção está sendo feita
813 apenas pelo fato do CAU ter representantes das Entidades entre Conselheiros, quer dizer,
814 essa isonomia parece-me bastante importante com um significado de um reforço à função
815 dessas entidades nacionais de arquitetura e urbanismo. Estou encaminhando com parecer
816 favorável às subvenções, mas que se estude a forma de se fazer isso, e a isonomia que se faça
817 isso para todas as cinco grandes entidades nacionais”. O Presidente lembra que a proposta
818 anterior era fazer isso em etapas, de inicialmente colocar à disposição a assessoria jurídica, a
819 assessoria contábil que é tributarista, para que a demanda fosse analisada; porém, a
820 manifestação da Conselheira Margareth inviabilizou a proposta da mesa, ao esclarecer que a
821 contratação já foi feita e que os custos já foram preestabelecidos; foram feitas algumas
822 manifestações fortes de plenária favoráveis à questão, e se os Conselheiros aprovarem, será
823 encaminhado; porém se houver algum óbice, algum impedimento jurídico, a mesa trará
824 novamente para discussão; e reforça: “a empresa que este advogado representa tem que
825 apresentar todos os documentos úteis e necessários para que o CAU possa efetuar a
826 despesa”. Neste momento é colocado para votação, não havendo manifestações contrárias, a
827 solicitação é aprovada por unanimidade. Encerrada pauta da COA, segue-se a plenária.-----

828 **2.5 Relato da Comissão de Planejamento e Finanças - CPFi.-----**

829 Dando início ao relato da última Comissão, a Conselheira Titular CRISTIANE BICALHO DE
830 LACERDA, substituindo o Coordenador da CPFi, solicita a ata (ANEXO XX) em tela, e
831 prossegue dizendo que a ata anterior da Comissão foi aprovada na reunião, e comenta que
832 foi analisada a evolução das receitas no comparativo de 2014 x 2015, comparando os dois
833 quadros, um considerando a rentabilidade das aplicações, e o outro não considerando; e
834 lembra que a fonte das receitas são as anuidades, RRTs e aplicações. Adiante a Conselheira
835 observa que, em relação ao ano de 2014, a partir de setembro e considerando a
836 rentabilidade, as receitas caíram; e sem consideram a rentabilidade esse quadro de queda já



837 se apresentava em julho. Em seguida a Conselheira comenta sobre o gráfico referente aos
838 RRTs mês a mês, onde a linha azul é o ano de 2014, e a linha amarela representa o ano de
839 2015, e explica que no mês de março deste ano, houve um grande aporte de receitas, depois
840 permanece estável, e a partir do mês de julho cai vertiginosamente; acreditando que neste
841 momento da queda, seja o reflexo do panorâmico político e econômico do Brasil. Referente
842 as movimentações financeiras, a Conselheira informa que foi analisado como um todo, e diz
843 que neste gráfico realmente pode ser verificado um aporte maior de entrada no início do ano
844 em virtude do pagamento das anuidades, e comparando com a saída de caixa, no começo do
845 ano o conselho não tem grandes saídas, pois este movimento maior de saída ocorreu no fim
846 do ano a partir do mês de outubro com a compra da nova sede do CAU, o mês de novembro
847 houve uma saída considerável que é referente aos gastos com a Semana da Arquitetura.
848 Entrando na aprovação de conta de novembro, a Conselheira Titular CRISTIANE BICALHO DE
849 LACERDA, comenta que a única coisa que ficou fora do habitual das despesas, foi apenas a
850 saída que se refere à Semana da Arquitetura, pois em análise as documentações
851 apresentadas, tudo se encontra em conformidade; desta forma a CPFi se coloca favorável à
852 aprovação de contas de novembro. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, coloca para
853 votação a aprovação de contas do mês de novembro com o parecer favorável da CPFi;
854 acompanhando o voto da Comissão e sem manifestações contrárias, as contas de novembro
855 são aprovadas por unanimidade. Após a aprovação, encerra-se o relato da Comissão.-----

856 **3 Extra Pauta.**-----

857 Encerrada a pauta da Comissão de Finanças, passou-se a discutir assuntos da extra pauta. O
858 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita que a contribuição do Conselheiro Federal
859 João Virmond Suplicy Neto, referente ao evento COP 21, fique para apresentação na próxima
860 Plenária de Janeiro e se incorpore ao relatório dos demais integrantes da Comitativa. O
861 Conselheiro Titular GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, relata a participação ao evento da
862 Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), que ocorreu no final do mês de novembro na
863 cidade de Campo Grande/MS. O Conselheiro comenta que ele, juntamente com o
864 Conselheiro Milton Carlos Zanelatto Gonçalves, estava representando o Conselho de
865 Arquitetura e Urbanismo do Paraná, e o Sindicato dos Arquitetos (SINDARQ). O Conselheiro
866 comenta que no evento também aconteceu o primeiro Seminário de Assistência Técnica na
867 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, onde várias entidades que atuam dentro da
868 área de habitação voltado para o interesse social fizeram suas contribuições; entre elas
869 destacou-se o trabalho de uma organização de arquitetos, denominada de Usina; que é um
870 coletivo de arquitetos com mais de 30 anos de trajetória, desenvolvendo trabalho na área de
871 Assistência Técnica; o desenvolvimento do projeto e a construção se dá pela qualificação das
872 pessoas da comunidade, e essa comunidade faz a autoconstrução e autogestão; já contam
873 com diversos projetos construídos. O Conselheiro informa que foram abertas no evento,
874 várias mesas de discussão sobre: “Propostas de lei em Tramitação”, “Concurso Público”, a
875 questão do “Pregão Eletrônico”, as “Normas Técnicas”; e que o consultor das normas
876 técnicas da ABNT, Sr. Ronaldo de Sá informou que há uma intenção do Congresso em
877 transformar a NBR 15575 em uma Lei Nacional; e complementa dizendo: “então seria, não
878 apenas uma norma que indicaria condutas a serem tomadas no projeto, mas seria de fato
879 uma lei tal qual a nossa legislação municipal”. Outra discussão foi sobre a qualidade das
880 habitações, principalmente as do programa “Minha Casa, Minha Vida”, a questão da falta de



881 incentivo para as habitações e das edificações de uso misto, onde habitação e comércio
882 subsistem sob um mesmo teto para provimento dessas comunidades que são carentes.
883 Nessa oportunidade a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas/FNA, realizou a
884 premiação do Arquiteto do Ano, foi concedida homenagem póstuma ao Arquiteto e
885 Urbanista Zezéu Ribeiro, precursor da Lei do Estatuto das Metrôpoles, que faleceu neste ano.
886 O prêmio foi entregue à viúva. Neste momento é exibido um vídeo na plenária, sobre Zezéu
887 Ribeiro, no qual é transmitida a seguinte mensagem: "Eu tenho um sentimento grande da
888 construção coletiva, que eu sempre me preocupei enormemente em torno da questão da
889 construção coletiva. Vivemos as maiores brigas, vivemos muitas vezes incompreensões
890 significativas nesse processo, mas acumulamos uma história que é referência no mundo hoje,
891 e isso me fez melhor, me fez mais cidadão, me fez mais comprometido com o meu país e
892 então me fez melhor enquanto cidadão, enquanto profissional, enquanto homem. Acho que
893 o propósito da gente é trabalhar os valores, é construir essa coisa de construir o novo,
894 construir outras relações e olhar o mundo de uma outra forma. Eu busco olhar de forma
895 coletiva. Se mérito eu tenho é saber ver com os olhos de vocês. Quero ver a cidade de
896 felicidade e votar no PT". Na sequência é apresentado outro vídeo, desta vez de animação,
897 que traz a campanha da FNA, sobre o trabalho que começou este ano, e tem como objetivo a
898 valorização do profissional Arquiteto e Urbanista. O principal foco foi a discussão na
899 qualidade das habitações e a carência das instituições de ensino superior na questão da
900 habitação social. Com a palavra, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR faz um registro
901 pessoal: "Não posso deixar de registrar, a homenagem ao Zezéu, fizemos o mesmo aqui no
902 evento da Semana do Arquiteto, com a presença de sua esposa (Lola), pessoalmente fui
903 acolhido por ele, morei lá em Salvador e nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos nada
904 como estudantes sem bolsa que éramos em um curso de especialização, Zezéu nos recebia
905 na casa dele sistematicamente abrindo sua biblioteca, emprestando materiais, nós usávamos
906 materiais do Zezéu para fazer desenho no curso de especialização da UFBA. Dedico a ele
907 também parte da minha formação, lembrei isso à Lola". Dando sequência na extra pauta, o
908 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO, relata um histórico de informações, antes
909 de realizar sua solicitação: "Retomando, uma solicitação simples, 5 anos atrás nós
910 idealizamos quando estávamos na direção nacional do IAB, o João Suplicy nos apresentou a
911 FPAA na época. O Plano Pan-americano de Fotografia da Arquitetura, é um projeto bem
912 estruturado, é proposto e organizado pelo IAB/PR, FPAA e FOTOTEC. A FOTOTEC é uma
913 Associação Nacional de Fotógrafos. Aquele que é considerado o maior fotógrafo da área
914 digital, que é o Cristian Barroso, na época ele era o Presidente, hoje quem preside é o Tibério
915 França, de Minas Gerais, também é um agitador cultural, tivemos recentemente uma
916 confirmação de uma empresa aqui de Curitiba com experiência em projetos culturais de fazer
917 a captação e a organização da tratativa. O projeto está previsto para Lei Rouanet, nós temos
918 como curadores um representante nome dos Arquitetos que foi elencado na época e
919 permanece obviamente, que é o Cristiano Mascaro, da USP/SP, que além de fotógrafo é
920 arquiteto e pela FOTOTEC nós temos a indicação da Simoneta Persichetti, ela é uma
921 conceituada crítica e professora de fotografia em São Paulo e tem trânsito nacional.
922 Pretende-se que o projeto seja aprovado em fevereiro na Lei Rouanet, em março deve ser
923 feito lançamento oficial, já começamos a captação desde agora na verdade e a minha
924 solicitação não envolve dinheiro, apenas a chancela do CAU/PR como apoiador institucional



925 deste prêmio, que vai ter boa visibilidade e dimensão internacional muito grande, embora
926 seja FOTOTEC, vai ser um prêmio internacional. E por ter a FOTOTEC com indicações e
927 profissionais jurados tanto em nome de Arquitetos e de Fotógrafos, é um prenúncio de boa
928 reputação é, portanto, um projeto muito forte, tendendo a se perpetuar no tempo. O pedido
929 é apenas da chancela institucional do CAU/PR inclusive lançar a imagem do CAU/PR para o
930 além-fronteiras”. O Presidente do CAU/PR interpela dizendo, que então o compromisso do
931 CAU/PR será a divulgação e o evento transcorrerá totalmente no ano de 2016, entre
932 aprovação da verba da Lei Rouanet, execução do prêmio e premiação. O Conselheiro Relator
933 confirma e adianta que o lançamento do Prêmio se dará em Cuba e a premiação está prevista
934 para o Congresso da FPAA que se dará no Paraguai, no final do ano de 2016. O Conselheiro
935 Federal JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO, lembra ao Conselheiro relator, que: “o evento em
936 questão já tinha sido proposto na Reunião do Comitê Executivo da Federação Pan-americana
937 -FPAA, em Foz do Iguaçu, apesar de estar sendo organizado pelo Instituto de Arquitetos do
938 Brasil – IAB. Por este motivo, seria importante que toda e qualquer ação venha a ser
939 informado à FPAA para evitar discussões posteriores. E sugeriu que o Presidente Jeferson
940 Dantas Navolar, atual Assessor para Assuntos de Cidades de Fronteira dentro da FPAA, que
941 venha também ser o Representante da Federação para assuntos relativos ao Prêmio de
942 Fotografia. Quanto à agenda, teremos a próxima reunião em março a realizar-se em Cuba,
943 reunião do comitê executivo da Federação Pan-americana em Havana; na verdade,
944 poderíamos colocar como lançamento. A ideia é de que o resultado da premiação seja
945 divulgado no Congresso Pan-americano, o vigésimo quinto, que ocorrerá em novembro de
946 2016 na cidade de Assunção, Paraguai. É o evento máximo da Federação que ocorre a cada 4
947 anos, então novembro de 2016, na segunda quinzena, haverá esse Congresso, onde seria
948 feita a divulgação do vencedor desse prêmio e na sequência será realizada a divulgação do
949 trabalho. De qualquer forma, o encaminhamento terá como representante da FPAA o
950 Presidente do CAU/PR, que passa a ser o nosso preposto para o assunto”. O Presidente do
951 CAU/PR, comenta que sobre a indicação não se faz necessária a manifestação da plenária,
952 pois se trata de prerrogativa do presidente da FPAA, ao qual agradece a indicação, e diz que
953 tentará exercê-la dignamente”. O que a plenária deve se manifestar é sobre o pedido de
954 apoio de divulgação desta iniciativa de premiação, eu deixo a palavra em aberto, se os
955 Conselheiros estão favoráveis, podemos colocar em votação. Com a palavra os Conselheiros”.
956 Neste momento, o Presidente coloca para votação o apoio institucional de divulgação do
957 prêmio por parte deste CAU/PR; não havendo manifestações, o apoio é aprovado por
958 unanimidade. Vencida a pauta, o presidente encerra com os votos de Feliz Natal e Próspero
959 ano 2016. **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR**
960 **agradece aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas do dia quatorze de dezembro de dois**
961 **mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de nº 051 (decima segunda de 2015) do CAU/PR.--**
962 Para constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária *Ad hoc* deste Conselho,
963 lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e,
964 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.

965
966
967
968

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR – CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária



- 969 ANEXOS
- 970 Anexo I - Matéria COP 21.
- 971 Anexo II - Ata CEP.
- 972 Anexo III - Ofício da Copel RE-C/545/2015/PRE.
- 973 Anexo IV - Imagem do Site Monte sua Casa.
- 974 Anexo V - Ata CEF
- 975 Anexo VI - Curso Superior de Tecnologia em Produção de Projetos de Edificações
- 976 Anexo VII - Ata CED.
- 977 Anexo VIII - Lista de Arquivamento *Ad referendum*.
- 978 Anexo IX - 2º Treinamento técnico para a Assessoria Jurídica e técnica das CED
- 979 dos CAU/UFs.
- 980 Anexo X - Ata da COA.
- 981 Anexo XI - Pesquisa com os Núcleos – Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.
- 982 Anexo XII - Relatório do Setor de Atendimento.
- 983 Anexo XIII - Relatório do Setor Jurídico.
- 984 Anexo XIV - Relatório do Setor Financeiro.
- 985 Anexo XV - Relatório de Design e Marketing.
- 986 Anexo XVI - Relatório de Gerencia Administrativa.
- 987 Anexo XVII - Relatório do Setor de Ouvidoria.
- 988 Anexo XVIII - 149ª Reunião Plenária do Conselho Superior/COSU.
- 989 Anexo XIX - Carta AsBEA/PR.
- 990 Anexo XX - Ata CPFi
- 991 Anexo XXI – Lista de Presença.